

Arte que você não encontra em lugares comuns

por Hermeto Viana

Casa do Joquim é uma alternativa para se ouvir música e apreciar arte que você não encontra em lugares comuns.



Pelotas conta com uma imensa diversidade cultural espalhada por todos os cantos e bairros da cidade. Há opções para todos os gostos, públicos e idades desfrutarem das mais distintas alternativas de diversão, como bares, museus e espetáculos teatrais. Entretanto, para alguns artistas torna-se difícil ter acesso e expor os seus trabalhos em galerias e palcos de Pelotas. Apesar da valorização dos artistas locais que tem ocorrido nos últimos anos, muitos ainda se sentem excluídos pelo circuito cultural pelotense. É neste sentido que há um crescimento de aberturas de casas e bares alternativos para os artistas exporem as suas obras.

A partir deste cenário, um grupo de amigos formado por Cleber

Sadoll, João Carlos Hirdes e Pedro Silveira criaram a Casa do Joquim: Oficina de Idéias tendo como inspiração a quebra desses paradigmas e proporcionar àqueles que produzem a sua arte e que estão reclusos em suas casas, seus grupos ou seus bairros, um lugar onde cada um pode apresentar seus trabalhos sem medo de serem rotulados ou criticados pelo público. Segundo o conceito da casa, o artista deve estar em primeiro lugar, ou seja, o músico toca para ele mesmo e o pintor, fotógrafo ou escultor expõe da mesma forma. A Casa do Joquim tem como objetivo “proporcionar um lugar interessante para se curtir e não ser igual aos demais bares noturnos de Pelotas”, segundo Cleber Sadoll. A casa que tem características de um bar é, antes de

tudo, um Centro de Cultura onde as pessoas podem expor as suas obras, potencializar os talentos da cidade e é um espaço para a criação. Além disso, a casa é um “dispositivo para as pessoas se encontrarem”, explica Sadoll.

O objetivo do Centro é fazer uma coletânea da produção artística da região para estimular aqueles que fazem a sua própria arte. Entretanto, Sadoll faz uma ressalva: “o público não é seletivo, é um lugar onde as diferenças devem ser respeitadas e há espaço aberto para todos os estilos e gêneros artísticos”, explica.

Outro aspecto interessante do centro, é que os frequentadores da casa jamais a encontrarão do mesmo jeito, isto é, mesas mudam de lugar, bandas tocam em espaços onde se sentem melhor, artistas escolhem em qual parte da casa vão expor as suas obras. Essas mudanças são características do centro, tornando-o um lugar diferente a cada dia.

As atividades realizadas no centro não se restringem somente ao público adulto: há oficinas para crianças de 5 a 10 anos de “Como não Fazer Arte”? Oficinas de teatro, além de aulas de violão, guitarra, violino, gaita de boca, português e matemática.

A casa foi aberta no dia 1º de abril deste ano e localiza-se na rua Gal Telles, entre Andrade Neves e XV de Novembro, entre “Deus e o Intelecto”.

O TROCO

Jornal do Sindicato dos Bancários de Pelotas e Região - novembro de 2009

Impresso Especial
9912209415 - DR/RD
SIND. BANCÁRIOS DE PELOTAS
CORREIOS



BANCÁRIO LUTA MAS TAMBÉM SE DIVERTE

A Festa dos Bancários no XV de Julho, mais uma vez foi um grande sucesso

Campanha de sindicalização dos bancários

A campanha “Agência 100%”, que prevê auxílio para as festas de fim de ano às agências que tiverem todos seus funcionários sindicalizados, encerrou-se no dia 31 de outubro. As agências que atingiram esta meta e receberão o prêmio são as seguintes: Santander Real (agências XV de Novembro, Félix da Cunha e Capão

do Leão); HSBC; Banrisul (agências Areal e Cerrito); Bradesco (Jaguarão). Agências com até 10 funcionários receberão R\$100,00; com até 20 funcionários, R\$200,00; acima de 20, receberão R\$ 300,00.

Sorteio - Também como parte da Campanha, todos os bancários associados até 31 de outubro

concorrem a um notebook, em sorteio que acontece no dia 2 de dezembro, pela Loteria Federal da Caixa. Cada bancário concorre com seu número de matrícula (milhar, do primeiro ao quinto prêmio), e caso ninguém seja contemplado na extração do dia 2, o sorteio prosseguirá toda quarta e sábado, até que um bancário felizmente ganhe o prêmio.

Editorial

Quem luta, conquista

A greve deste ano dos bancários provou, mais uma vez que, quem luta, conquista. Antes da forte mobilização, que atingiu todo o país, os bancos não aceitavam aumento real, apenas reposição da inflação, queriam mudar as regras da PLR, reduzir direitos sociais como o período de concessão do auxílio-creche, passando dos atuais 83 para 71 meses, e a ampliação da licença-maternidade para 180 dias, segundo eles, era problema do governo federal. A nossa forte mobilização, em todo o país impôs o recuo aos banqueiros. O acordo assinado no dia 19 de outubro com a Fenaban garante conquistas além do aumento real de 1,5% e do avanço na parcela adicional da PLR.

Todo ano, quando encerramos a campanha salarial, as opiniões se dividem, alguns trabalhadores ficam descontentes com o acordo, outros ficam radiantes pelas conquistas, alguns aprendem com a luta, outros se negam a participar. Mas, o que conta é a certeza da manutenção e a garantia de nossos direitos. Precisamos no dia a dia, em nosso ambiente de trabalho, esclarecer a estes colegas a necessidade de lutarmos, de estarmos unidos para a conquista de novos direitos. Muitos patrões os chamam de "benefícios", nós chamamos de direitos, pois os conquistamos com garra e união.

Sabíamos que seria uma campanha salarial difícil, pois os banqueiros e gestores dos bancos oficiais têm uma característica peculiar, que é a busca incansável pelo lucro sem, contudo, pensar sequer em distribuir entre aqueles que se sacrificam para bater metas, muitas vezes inatingíveis. Não conseguimos tudo que queríamos, nem tudo que merecemos, mas com força e união garantimos o que já havíamos conquistado. Com certeza, avançamos e criamos disposição para defender com unhas e dentes os nossos direitos e aprendemos a dizer não a qualquer tipo de pressão e de assédio.

Acordávamos a cada dia com nossas forças renovadas pela certeza do dever cumprido e de que estávamos fazendo tudo que estava ao nosso alcance com coragem e determinação, em nome da dignidade dos trabalhadores. A nossa luta serviu de exemplo para aqueles que duvidavam que uma categoria tão explorada conseguiria dobrar o setor mais poderoso da economia brasileira. Sem a brava participação dos valorosos companheiros e das valorosas companheiras nada disso seria possível. Portanto, parabéns a todos os bancários e bancárias que ajudaram a construir esta luta e esta vitória!

Artigo

Grandes empresas de comunicação querem atropelar Conferência

Do editorial da Agência Carta Maior

Como já se temia, as grandes empresas de comunicação estão tentando patrolar os representantes das pequenas empresas do setor no processo de eleição de delegados para a Conferência Nacional de Comunicação, que será realizada de 14 a 17 de dezembro, em Brasília. No processo preparatório para a Conferência Estadual de Comunicação de São Paulo, que ocorrerá neste fim de semana, os representantes das grandes empresas querem impedir que as pequenas empresas de comunicação do Estado de São Paulo, possam eleger um delegado sequer. A tese esdrúxula apresentada por eles é que as portarias que regulamentam a Conferência Nacional determinariam que um único voto contrário de um dos representantes da chamada "sociedade civil empresarial" bastaria para impedir o andamento de qualquer uma de suas propostas.

Encerradas as inscrições, apurou-se que o Poder Público teve 118 inscrições, a sociedade civil, 509 inscritos e a sociedade civil empresarial, 422 inscrições. Destas 422, cerca de 60% é de representantes das grandes empresas. A esmagadora maioria destes é composta de empregados destas empresas que possivelmente serão "obrigados" a comparecer e votar naquilo que seus patrões determinarem.

Com a maioria assegurada, as grandes empresas querem agora aplicar a tese da votação pelo sistema binário (utilizada nos EUA, onde quem tem mais voto leva todos os delegados). Já os representantes das pequenas empresas defendem corretamente a obediência democrática da proporcionalidade. Ou seja, se as grandes empresas conseguiram 60% de inscritos e os pequenos empresários 40%, dos 84 delegados que o setor empresarial deverá eleger, a relação será de 50 para 34.

Trata-se de um movimento que pretende passar um rolo compressor sobre os pequenos empresários da comunicação. A tradição democrática deste tipo de encontro obedece ao princípio da proporcionalidade, com o que os representantes das grandes empresas não concordam, em evidente afronta aos mais mezinhos princípios democráticos, bem como ofendendo a tradição brasileira, estabelecida na Constituição Federal, no Congresso Nacional, no Poder Judiciário, e inclusive nos encontros estudantis, desde os anos 60 e 70, de penosa lembrança.

Na verdade, as grandes empresas, representadas pelas companhias filiadas à Telebrasil, estão querendo dar um golpe no processo de escolha de delegados, alijando os demais setores da sociedade civil empresarial. É importante lembrar que o objetivo da Conferência Nacional de Comunicação é atender aos interesses da população brasileira e não de um grupo de empresas, cujo objetivo principal é o lucro. Logo após o governo federal convocar a Conferência Nacional de Comunicação, seis das oito entidades empresariais (incluindo aí a Rede Globo e os grandes jornais do país) abandonaram a comissão organizadora do evento, demonstrando o pouco apreço que tem pela democracia. A saída dessas entidades, que desprezam a idéia da comunicação e da informação como direitos da população, não garante, porém, por si só, as profundas mudanças que o setor necessita. Somente com a ampla participação de todos é que podemos mudar a atual situação da mídia no país.

A primeira Conferência Nacional de Comunicação é uma conquista do povo brasileiro e não mais um produto a ser apropriado por estruturas monopolistas que se recusam a entender o significado da palavra democracia.

(Leia mais à página 7 desta edição)



Acompanhe as notícias dos bancários diariamente

ACESSE

WWW.bancariospel.org.br

Expediente

Periódico do Sindicato dos Bancários de Pelotas e Região

Rua Tiradentes, 3087 - Pelotas/RS

Fone: (53)3225.4108 e 3225.4066

Coordenador de Comunicação - Luís Diogo

Jornalista Responsável - Jairo Sanguinê (Reg. Prof. 6445)

Designer Responsável - Pablo Lisboa

Revisão - André Amaral (Reg. Prof. 12563)

Estagiário de Jornalismo - Hermeto Vianna

Impressão - Gráfica Seriararte

Banrisul

Seeb Pelotas entra na justiça para defender reajuste dos bancários

O Sindicato dos Bancários de Pelotas e Região está entrando na justiça com duas ações coletivas para recuperar os direitos dos bancários em relação ao reajuste praticado pelo Banrisul. A primeira ação vai requerer os valores referentes à incorporação da gratificação de caixa para funcionários que possuem 10 ou mais anos exercendo a função.

A segunda ação refere-se ao dissídio 2008/2009, no qual os bancários tiveram 2 índices de aumento salarial: 8,15% para quem recebia acima de R\$ 2.500,00 e 10% para quem ganhava até R\$ 2.500,00. A ação pede que o anuênio seja reajustado conforme o ordenado, já que assim não foi feito.



Funcionários do BB discutem proposta para PCCS

A Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB) da Contraf-CUT iniciou, neste mês, em Brasília, sua preparação para os debates com o BB a respeito do Plano de Cargos Carreiras e Salários (PCCS). Na campanha salarial deste ano, os funcionários conquistaram o compromisso da empresa de implementar um plano com prazo até 30 de junho de 2010.

A mesa de negociações específicas sobre PCCS será instalada, conforme compromisso assumido na campanha. "Trata-se de uma conquista importante que contempla uma reivindicação antiga dos funcionários. Precisamos agora nos mobilizar para debater o tema, preparar

nossa proposta e manter a pressão sobre o banco durante as negociações e conquistar um PCCS transparente e justo para o funcionalismo", afirma Marcel Barros, secretário-geral da Contraf-CUT e coordenador da CEBB.

A Contraf-CUT defende que o PCCS contemple os seguintes princípios:

- # Incorporação das comissões ao salário.
- # Promoções horizontais e verticais.
- # Critérios claros e objetivos para promoções e nomeações.
- # Ampliação das faixas de remuneração.
- # Jornada de 6 horas para comissionados.

A demanda dos bancários por um novo plano de carreira data de 1997, quando, em um dos maiores ataques aos trabalhadores do BB, o governo FHC retirou o antigo PCS. Na sequência, o banco implantou o modelo de VRs, criando pisos por cargos e diminuindo a importância das comissões. Depois de muita pressão dos trabalhadores, o banco concordou em 2003 em criar um Grupo de Trabalho para discutir as premissas de um novo PCS/PCC, que funcionou até o ano seguinte sem que houvesse acordo.

A última movimentação do banco sobre o tema aconteceu em 2007, quando a direção tentou implementar um modelo restritivo de PCS de forma unilateral, rejeitado pelo funcionalismo.

NOVO PLANO: Funcef e Caixa acertam calendário para incorporação do REB

As discussões e os acertos entre a Caixa e a Funcef para aprovação da incorporação do REB pelo Novo Plano podem ter desfecho no início de dezembro. O calendário para a manifestação final das duas instituições foi fechado em reunião do Conselho Deliberativo da Funcef realizada, no dia 12 de novembro.

O assunto entrará na pauta da próxima reunião do Conselho Deliberativo, marcada para o dia 26 de novembro. No dia 1º de dezembro, vai à apreciação do Conselho Diretor da Caixa.

A incorporação do REB pelo Novo Plano está sendo encaminhada com enfática defesa por parte dos conselheiros e diretores eleitos da Funcef. Na reunião de 11 de setembro, foi solicita-

da pela conselheira eleita Fabiana Matheus atenção especial da Caixa no trato do assunto, para viabilização ainda este ano da medida de interesse dos associados.

Regras mais favoráveis

Em relação ao REB, o Novo Plano apresenta diversas regras mais favoráveis aos participantes e aos assistidos. A base de contribuição inclui o Complemento Temporário Variável de Ajuste de Mercado (CTVA), a paridade contributiva vai até 12%, o resgate é de 100% do saldo de conta, o pecúlio por morte é de 2,5 SRB ou proventos Funcef mais INSS, há fundo para Revisão do Benefício e há a pensão para filhos até 24 anos e companheiro (a) do mesmo sexo.

Há também a reivindicação dos

eleitos (conselheiros e diretores) para que seja aberta a possibilidade de se fazer contribuição retroativa com base no Novo Plano. A ideia está sendo estudada no âmbito dos órgãos de gestão da Funcef.

Outros assuntos

Na reunião do dia 12, o Conselho Deliberativo tratou ainda de alterações no Plano de Cargos e Salários (PCS) da fundação e aprofundou as discussões acerca de investimentos na usina hidrelétrica de Jirau, por meio de aquisição da participação acionária da Camargo Correia na empresa Energia Sustentável do Brasil S.A. Este último assunto volta à pauta da reunião do próximo dia 26, para possível deliberação.

Confira alguns momentos da Festa dos Bancários

Fotos: Solano Ferreira



Tudo pronto para a 1ª ConfeCom



República (Secom), alega que a supressão da lei de imprensa neste ano pelo Judiciário deixou o setor “sem regulação específica”.

A Secom, comandada por Franklin Martins, encaminhou à Confecom a ideia de criar “mecanismos menos onerosos de verificação de audiência e circulação”, o que “permitirá a jornais e rádios menores receber publicidade institucional ou de utilidade pública”.

O ministério propõe, ainda, que o governo “crie mecanismos de compra de insumos básicos, como o papel-jornal, para os pequenos jornais, similares aos modelos disponíveis aos grandes”, “melhorando sua competitividade”.

O pacote de propostas começou a ser submetido aos debates nos Estados que vão elaborar a agenda da Confecom. O documento final da conferência poderá servir de base para o governo definir um novo marco regulatório do setor. Todas as alterações, entretanto, dependem de aprovação pelo Congresso ou da assinatura de decretos pelo presidente.

Marcada para ocorrer de 14 a 17 de dezembro, a Confecom é uma iniciativa do presidente Lula. Deve ser a última conferência monotemática de seu governo - já foram realizadas quase 60 de outros assuntos.

O governo federal compilou e encaminhou aos delegados da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (ConfeCom), que será realizada em dezembro em Brasília, pelo menos 59 propostas de mudanças no marco regulatório do setor. Em geral, elas fortalecem os veículos estatais e públicos, incentivam a imprensa regional e criam mecanismos para

fiscalizar o setor privado de rádio e TV.

O pacote inclui a defesa de um “marco legal” para o direito de resposta e indenização “a prejudicados por profissionais e empresas de mídia”. A maioria das medidas elencadas, no entanto, aparece de forma sumária e sem detalhamento.

Autora da proposta, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da

Assembleia Legislativa arquiva processo de impeachment contra a governadora Yeda

A governadora livrou-se de todas as acusações que pesavam sobre as suas costas e agora respira aliviada após a sua base governista descomprometida com o povo gaúcho arquivar por 30 votos a 17 o seu processo de impeachment.

Com esta atitude, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul ignorou e desconsiderou a vontade da população gaúcha, liderada pelo Fórum dos Servidores Públicos do RS - entidade que ingressou com o pedido de impeachment e exigia investigações profundas sobre os escândalos que envolviam a governadora.

A responsabilidade pelo arquivamento do processo recai sobre os seguintes partidos: PSDB, PMDB, PTB, PP e PPS. Desta forma, os deputados da situação

conseguiram barrar as investigações para evitar que a assembleia gaúcha virasse um espaço para investigação das denúncias resultantes das operações Rodin e Solidária, que envolviam, segundo estimativa do Ministério Público Federal, um desvio de mais de R\$ 340 milhões dos cofres públicos.

Ou seja, a governadora sabia de tudo e participou de todos os atos de corrupção e saiu ileso de todas as acusações. O dinheiro acima citado foi desviado e embolsado não se sabe por quem e tudo ficou por isso mesmo. Mais uma vez prevaleceu a força dos poderosos e corruptos descomprometidos com a verdade e a realidade dos fatos. Com esta atitude, os deputados sepultaram todo o trabalho do Ministério Público Federal (MPF).

O fato mais vergonhoso para o estado pode ser definido em algumas questões. Ao arquivar o processo, a assembleia ignorou, ao menos, três razões que sustentavam o pedido do seu afastamento:

1ª A governadora sabia dos acontecimentos no DETRAN;

2ª Yeda participou ativamente da reorganização do esquema quando passou de uma fundação para a outra;

3ª A governadora não tomou qualquer atitude em relação às irregularidades praticadas por assessores diretos - Walna Vilarins e Ricardo Lied.

Sindicatos protestam contra PLR injusta paga no HSBC

Os Sindicatos dos Bancários de todo o país continuam protestando contra o ajuste contábil que reduziu a Participação nos Lucros e Resultados paga aos trabalhadores do HSBC. Desde o dia 27 de outubro, data em que foi creditada a PLR, foram realizadas paralisa-

ções em mais de 200 agências e outros 4 centros administrativos em todo o território nacional.

Em Pelotas o Sindicato retardou a abertura da agência, com paralisação até as 12h do dia 28 de outubro.



2009

Transporte público em Pelotas continua ilegal

Empresas prestam serviço sem nunca terem participado de processo de licitação pública

maioria dos pelotenses que utiliza o transporte coletivo diariamente, pode não ter essa concessão de serviço público legalmente em nossa cidade. As empresas que operam fazendo o transporte não atuam sem nunca terem participado de processo de licitação pública e mesmo assim recebem uma concessão para prestar tal serviço. Esta situação está também o preço das passagens, uma das mais caras do interior

Final do mês de setembro, a Prefeitura solicitada pelo Ministério Público (MP) recomendou ao executivo solucionar o problema: legalizar o transporte coletivo em Pelotas. A exigência já havia sido feita há cinco meses e o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul exigiu a necessidade do processo de licitação para o sistema de transporte coletivo. Agora, o promotor Jaime Chatkin deu à Prefeitura prazo de seis meses

para a abertura da concorrência. Se durante esse período a Prefeitura não abrir processo licitatório, o MP deve recorrer a medidas judiciais referentes à aplicação da lei e à apuração de responsabilidade estabelecida na possível omissão do executivo.

As concessões para as empresas de transporte devem ser precedidas de um processo licitatório para a escolha dos prestadores de serviço, pois assim ordena a Constituição Federal. O prazo das concessões é determinado no edital de licitação conforme o interesse da Administração. Para as empresas que hoje prestam serviço à população estarem dentro da lei, seria necessário que elas participassem de concorrência pública e saíssem vencedoras. Entretanto, a Prefeitura alega que, se abra o edital para a contratação de empresas de transporte público, empresas de outros estados poderiam vencer o processo licitatório

e reduzir o preço das passagens, prejudicando o mercado interno, ou seja, trazendo danos às empresas de Pelotas. Outro motivo que sustenta a posição da administração municipal é que, segundo pesquisa realizada entre os usuários do transporte coletivo de Pelotas, o serviço é bom. Sustentando a posição da prefeitura, ainda está a questão de uma indenização que a administração municipal teria de pagar às empresas, estimada em R\$ 100 milhões - valor que supostamente seria devido pela prefeitura às empresas. Além disso, o sistema permite outras irregularidades, não estabelecendo regras claras para a prestação de serviço, cálculo das tarifas e penalidades por infrações.

Em Pelotas, das sete empresas prestadoras de serviço - Conquistadora, Santa Maria, Santa Rosa, TURF, Laranjal, Santa Silvana e São Jorge - apenas esta última participou de licitação e está no prazo contratual.

Bancos começam a receber pedidos de



Após pressão da Contraf-CUT e dos sindicatos, os bancos foram obrigados a receber pedidos de bancárias para a ampliação da licença-maternidade para 180 dias. Bradesco, Itaú Unibanco, Santander, HSBC e Citibank já aceitaram manifestações de funcionários que estão em gozo dessa licença, cuja extensão em dois meses foi conquistada durante a Campanha Nacional 2009. O prazo para opção encerrou-se em 17 de novembro, um mês após a assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2009/2010.

De acordo com a lei, para ter direito aos seis meses de licença, as trabalhado-

ras devem fazer a solicitação no primeiro mês após o nascimento do bebê.

Além disso, o banco deve fazer adesão ao Programa Empresa Cidadã, instituído pela Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008. A concessão da ampliação da licença-maternidade pelos bancos está condicionada à isenção fiscal. O tema irá para votação no Orçamento da União, no Congresso Nacional, agora em dezembro, em Brasília. Se for aprovado, os bancos terão incentivo fiscal a partir de janeiro de 2010.

Jurídico

Ação Coletiva: Anuênio BB

No mês de julho de 2000, os Sindicatos de Bancários, em praticamente todo o território brasileiro onde se inclui o Sindicato dos Bancários de Pelotas, ajuizou ação padrão confeccionada pela assessoria jurídica da CNB-CUT, hoje Contraf/CUT, contra o Banco do Brasil pleiteando o pagamento do anuênio suprimido.

Por questões processuais, cada sindicato teve que ajuizar ação na vara do trabalho local, no caso do sindicato de Pelotas, foram ajuizadas duas ações uma em Pelotas e outra em Arroio Grande.

Como tem ocorrido em regra pelo país a fora, as duas ações ajuizadas por este sindicato restaram perdidas em última instância.

O que está agora sendo analisado é se nos casos onde houve ganho de causa o retorno do pagamento dos anuênios consta no contracheque do funcionário beneficiado o que poderá resultar na possibilidade a ajuizamento de nova ação onde se poderá pleitear o pagamento alegando quebra de isonomia salarial uma vez que o Banco do Brasil possui plano de carreira em nível nacional.

Esta situação está sendo discutida pelos advogados que em breve poderão apresentar um parecer consistente sobre as reais possibilidades de ajuizar nova ação para obter o retorno no pagamento do anuênio suprimido.

Prefeito de Pelotas veta projeto antitabagismo



Na contramão do que vem ocorrendo em todo o país, o prefeito de Pelotas, Fetter Jr. (PP), vetou, em outubro, o projeto de lei que proíbe consumo de tabaco em locais fechados de uso coletivo, públicos ou privados. O projeto, apresentado pelo vereador Ivan Duarte (PT), tem o apoio do Sindicato dos Bancários de Pelotas e Região e de inúmeras instituições da cidade, por tratar-se de uma lei a favor da vida, não contra o tabaco.

O autor do projeto deve pedir a derrubada do veto. Ivan disse à imprensa local que pretende realizar a audiência pública para tratar do assunto, por tratar-se de tema de interesse da sociedade. A expectativa das instituições que apoiam o

projeto lei é de que, através de mobilização popular, se consiga derrubar o veto.

Até Yeda sancionou

A governadora Yeda Crusius sancionou Projeto de Lei aprovada pela Assembleia Legislativa que proíbe o uso do fumo e similares, derivados ou não do tabaco, em recinto coletivo fechado em todo o Rio Grande do Sul.

Donos de estabelecimentos podem criar áreas reservadas para fumantes, desde que fisicamente delimitadas e equipadas para garantir a exatidão do ar desta área para o ambiente externo.

É obrigatória a afixação de avisos indicativos da proibição e das sanções aplicáveis em locais de ampla visibilidade.

Carta do escritor Luiz Antônio de Assis Brasil ao Prefeito Fetter Júnior

Meu caro amigo Prefeito Fetter Júnior

De suas mãos tive a honra de receber o título de Cidadão Pelotense, cuja placa comemorativa é exibida com muito orgulho em minha casa. Amparado por tão ilustre e desvanecedora distinção, venho pedir-lhe que, sob a égide de sua reconhecida inteligência e tino administrativo, reveja sua posição relativamente à lei contra o fumo, que ora ocupa as atenções públicas desta cidade que sempre considerei como o ponto de transcendência do Rio Grande. Sei que as inúmeras responsabilidades obrigam V. S^a a decisões diárias, cujo mérito nem sempre é possível examinar com o vagar necessário. Isto é perfeitamente natural e compreensível. Mas é tempo de um alerta.

Como hoje se sabe, o fumo é notoriamente prejudicial à saúde, disseminando doenças que, à parte sua peculiar dor e luto, levam a extraordinárias despesas dos órgãos públicos, entre os quais estão as prefeituras.

Em meu nome pessoal, e em nome da comunidade cultural rio-grandense, venho externar a mais absoluta confiança em V. S^a., que saberá solucionar este importantíssimo assunto com sabedoria e agilidade, dando curso e apoiando a decisão da Câmara de Vereadores. Não só o presente, mas a Posteridade irá aplaudilo como o prefeito que soube tomar a atitude certa no momento exato.

Receba o meu mais afetuoso abraço
Luiz Antônio de Assis Brasil